



Escolher o que é melhor para mais gente. Passar pela vida em harmonia

ÉTICA ATRAI INVESTIMENTOS

Por Ana Augusta Basso | Foto: André Da

Talvez tenha sido um problema com o nome dado ao país. Vamos pensar juntos: depois de nomear essa pequena terra de Brasil, alusão a uma árvore, o que tinham imediatamente? Demoraram quase todo o país-brasil existente, que, afinal, era bem lucrativo. É uma espécie de paradoxo, todos têm de concordar, e talvez revele um conflito de identidade: Brasil árvore ou machado? Ou ainda, Brasil: construção ou delapidação? Fomos conversar com o economista André Franco Montoro Filho sobre o atual momento do Brasil e de como a valorização da ética pode fortalecer a economia. E muito.

Filho mais velho do cônego político Franco Mantovani, um dos nomes-símbolo da redemocratização no Brasil, André, ele mesmo, teve sua porção de carreira política voltando à frente da Secretaria Econômica e de Planejamento nos governos Mário Covas e Geraldo Alckmin em São Paulo, além da presidência do INDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cargo que ocupou de 1986 a 1988. Professor titular de Economia pela FEA-USP e doutor por Yale, André nos últimos anos coordenou o ETDC – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e a CDEP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que trouxe a política um trabalho indispensável para a compreensão do uso e um ambiente de negócios saudável, mostrando como superar os obstáculos para um crescimento sustentado.

"Tendo vivido boa parte da minha vida profissional como acadêmico e também servidor público, me fascinava e ferocizou o setor e sua vocação pelo busca férrea de soluções, somado a um olhar mais distanciado e mais crítico. Foi isso que encontrei no ETDC: a possibilidade de atuar e pressionar como representante da sociedade civil", começa ele.

Sobre o jejinho brasileiro, a Lei de Gerson e outros comportamentos assumidos como nossos, André relativiza: "O desejo de transgredir é humano, não é privilégio do brasileiro", começa ele, enfatizando que a solução para a transgressão é o fortalecimento das instituições.

"Como já bem disse Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil é o país da mistura e são muitas povos indígenas que aqui haviam vieram se juntar parte de toda parte do mundo. Esse povo misturado, fruto de muitas culturas, resultou num tanto de flexibilidade, de adaptação e uma boa dose de irresponsabilização", lembra André. "O economista Celso Furtado também entendeu que nesse processo colonial foi concebido para extração das riquezas da terra, de exploração, e não como no território norte-americano, onde o preceito era a combinação de riquezas para a terra. Mas no caso do Brasil houve ainda outro ponto chave", alerta ele, "que foi também o aspecto geográfico. Pois apesar de termos entrado no século 20 como instituições modernas como um parlamento e um judiciário, essas e outras instituições controladoras da instável humana não abrangiam todo o território", completa. "As instituições não conseguiram atender a todo o Brasil na sua territorialidade, e com isso a Lei acabava sendo aplicada para um número limitado de pessoas. Veja, poucas décadas atrás, nos anos 1930, os ônibus da Lei não abrangiam a grande maioria da população. A população pobre, concentrada sobretudo nas áreas rurais, vivia distante das regras institucionais.

E a banda de cima tocava sua própria música, acreditando que as leis eram somente para os inimigos, e aos amigos, tudo! A população urbana nas cidades ficava comprida pelo não cumprimento dos códigos de ética sociais dos de cima e dos de baixo, e que acabou criando uma cultura de transgressões e de leniência para com elas", reflete André.

Em trinta anos o cenário populacional mudou tremendamente no país. Pois se em 1900 tínhamos 40 milhões de pessoas espalhadas pelo território (80% no meio rural), nos anos 1970 já éramos 100 milhões, com 70% das pessoas concentradas nas cidades. "As instituições de controle – a polícia, o judiciário – não conseguiram acompanhar essa mudança com meios suficientes de repressão e controle. E hoje o que vemos é o país ainda leniente, onde parar o carro em fila dupla, passar na frente do outro e não sentir nada fiscal são comportamentos elevados e comuns", conta.

"Esses comportamentos acarretam um maior crescimento e um ambiente de negócios não tão favorável e isso é o que o ETDC procura deixar claro", explica. "Casos que fizemos com a Fundação Getúlio Vargas em 2015 apontaram em quadro impressionante. Quer um exemplo? No Brasil, 26% de todo o sistema produtivo acionou com componentes de ilegalidade, como a não emissão de nota fiscal ou falta de recolhimento de outros impostos, por exemplo, em transações. Em 2010 isso representou 650 bilhões de reais em economia sultaneira, o equivalente à todo PIB da Argentina. Ou seja, o Brasil abriga um outro país dentro de si que respira e transpira ilegalidade." Um comportamento que, segundo ele, não apenas tira da sociedade muitos benefícios, mas cria uma concorrência desigual.

André pontua fortemente que a dúvida sobre a garantia ética atual investimentos apontados para o país, que almejam o alto retorno e curtos prazos, visando o de longo prazo, que são essenciais ao desenvolvimento. "Investir é um ato de coragem. Sem regras respeitadas que garantam esse retorno, sem um ato de insatisfeito, e investidores não são insanos, ficam com medo, eles somente tiram seu dinheiro com expectativa de alto retorno em curtíssimo prazo. E claramente esse não é o tipo de investimento que possa resultar em bem-estar social e na construção de um futuro promissor", completa.

"Um dos setores mais atingidos pelas práticas legais, como a pirataria, é o do tecnologia. Apenas 42% do mercado de software no Brasil é legal. A maior parte do comércio de programas para computadores vendidos no Brasil é pirata e provoca perdas de 1,2 bilhão de dólares por ano ao país", aponta. Outro setor que



sofre com esse problema é o de combustíveis. No Brasil, segundo André, a sonegação fiscal pela adulteração de combustíveis gera um prejuízo anual de até R\$ 2,6 bilhões ao ano.

Os números são muito expressivos, em todos os setores. Mas há uma questão fundamental, essencial para o país e que deveria ser colocada de frente: "A proliferação dessas más práticas de mercado, das transgressões concorrenciais, geram tolerância com a ilegalidade, como se nos acostumássemos a elas, nem pensamos de que se os outros fazem não deve ser assim tão perniciosa... Essa leniência com a ilegalidade cria uma confiança que temos nas leis e instituições, provocando o engajamento do tecido social, e esse é, sem dúvidas, o maior prejuízo que o país pode ter", alerta. "A rapidez do judiciário é fundamental para melhorarmos esse cenário. "A carga tributária altíssima, a nossa complicada legislação trabalhista e o excesso de burocracia são vilões nesse país e acabam prejudicando que empresas e pessoas possam na legalidade. Precisamos, então, pressionar o governo pelas reformas necessárias. E entender

que cada um pode fazer a sua parte. Nós do ETDC acreditamos que ética é construída em nosso dia a dia e que com uma mudança de atitude é possível transformar o 'jejinho brasileiro' no exemplo brasileiro."

Para saber mais, leia o livro *Corrupção, Ética e Economia*, de André Franco Mantovani/Filho, Editora Campus, 2012.

O ensaio fotográfico foi realizado no Centro de Cultura Jurídica de São Paulo: Rua Oscar Freire, 2500 (Estação Sunary do Metrô), tel. (11) 3065 4332.

Espaço de referência e consolidação, aberto ao público, oferece regularmente eventos gratuitos de música, teatro, cinema, literatura, artes plásticas, fotografia, dança e educação. Difunde o patrimônio cultural jurídico e seus ramos, a cultura do país, o constitucionalismo e o respeito entre as diversas áreas de atividades que promovem intercâmbio, reflexão e socialização entre os diferentes públicos.

<http://www.cultura.jusbrasil.org.br>